

Limites da esquizofrenia INCOERÊNCIA ENTRE POLÍTICA MACROECONÔMICA E POLÍTICA EXTERNA É INSUSTENTÁVEL

MARCELO DE PAIVA ABREU

O sucesso internacional da administração petista dependeu fundamentalmente, nestes meses iniciais, da combinação das virtudes pessoais de Lula e da qualidade da gestão macroeconômica e sua crescente credibilidade. A política macroeconômica está sendo implementada sem estripulias, de acordo com um receituário que não tem o capítulo de "mágicas", para grande descontentamento de uma ampla coalizão que abarca radicais do PT, passionárias de plantão, "desenvolvimentistas" frustrados, banqueiros com posições descasadas e empresários renitentes na imprudência.

Esta postura de resistência a pressões de todo o tipo por parte do Ministério da Fazenda e do Banco Central tem tido reflexos na melhora substancial das avaliações de risco País e na recuperação do overshooting cambial.

Embora seja possível, por prazo limitado, a convivência de uma política macroeconômica responsável e bem-sucedida com um desempenho medíocre em outras funções de governo, é quase impossível administrar um longo período de persistência desses descompassos. Alguns bem mais sérios do que outros.

Os que caracterizam discrepância entre o cerne da política econômica e aspectos relacionados à inserção do Brasil na economia mundial são certamente relevantes e de solução urgente. O recente ganho de credibilidade do Brasil pode ser perdido facilmente com a persistência de políticas percebidas como inconsistentes.

A política externa recente, ao arrepio das melhores tradições do Itamaraty, tem sido marcada por razoável seqüência de tropeços, timidamente compensados por declarações de intenções sobre ênfases bilaterais que, embora corretas, dificilmente terão relevância em horizonte temporal útil. As estripulias iniciais caraquenhadas seriam talvez menos graves se não tivessem sido seguidas por um escorregão colombiano aqui, uma parlapatice atômica ali, nem todas por culpa direta do Ministério das Relações Exteriores. Agora, para culminar, houve a inédita explicitação de posições polares de altos funcionários diplomáticos quanto à posição brasileira sobre a Alca, resultando em defenestrações, dramáticos rearranjos de organograma e decisões mercuriais sobre o provimento de cargos.

Não há propriamente surpresa quanto à essência do prélio. A posição de princípio de alguns dos altos funcionários do Itamaraty contra a Alca era notória, embora ainda estejam por ser adequadamente formulados os argumentos que supostamente sustentariam tal posição. De qualquer modo, não há como não considerar

preocupante uma situação em que a substituição do embaixador Clodoaldo Hugueneu como co-presidente e negociador principal da Alca é abertamente atribuída pela imprensa a suas alegadas tendências "neoliberais". Conhecendo minimamente o retrospecto do embaixador e os de seus colegas, a única solução possível para este enigma é que se impõe uma reafirmação de instrumentos e que no painel apropriado se leia "neoliberalismo" como racionalidade. O arrastão do pensamento único - contra a Alca quaisquer que sejam as propostas finais de nossos possíveis parceiros - combinado a ardores que nem mesmo são juvenis, está conduzindo a decisões equivocadas de política econômica externa.

O que quer o Brasil? Quixotescamente pagar o ônus de ter inviabilizado a Alca? São notórias as dificuldades de os EUA apresentarem um pacote minimamente aceitável de concessões ao Brasil, condição necessária para a conclusão favorável das negociações. Há praticamente unanimidade de que sem estas concessões, seria absolutamente impossível angariar apoio político interno à adesão brasileira à Alca. Para continuar a liberalizar o acesso ao mercado brasileiro, o governo precisa ter condições de poder brandir concessões significativas aos exportadores brasileiros. Muitos observadores têm sublinhado a baixa prioridade dos objetivos econômicos na agenda de Bush, que ocupariam um longínquo terceiro lugar, depois da segurança nacional e das negociações políticas relacionadas à sua reeleição, como sugerido por editorial do Financial Times em 19/5/03. Será surpreendente se o United States Trade Representative for capaz de extrair do núcleo duro da atual administração republicana concessões substantivas ao Brasil que estão todas concentradas em produtos "sensíveis" no jargão do USTR e ultra-sensíveis em ano eleitoral. Por que não esperar e deixar que Washington, se for o caso, mostre a sua incapacidade de melhorar significativamente a sua proposta de acesso a mercados, entre outras? O eventual fracasso ou postergação da Alca não teria, neste caso, conseqüências sobre a credibilidade do governo brasileiro. Entretanto, a julgar pelos eventos recentes no Itamaraty parece ser considerado mais importante ser capaz de gabar-se da responsabilidade pelo fracasso da Alca do que simplesmente negar-se a concordar, no momento propício, com os termos de uma negociação que não atenda aos interesses concretos do País.

Há duas soluções possíveis para resolver a incoerência entre as posturas desses dois segmentos importantes do governo. Ou a Fazenda curva-se ao Itamaraty, aceita como inevitável o impacto das presepadas principistas sobre a credibilidade do governo brasileiro e coloca sob risco a mais importante conquista não-midiática do governo desde que tomou posse. Ou o Itamaraty alinha-se à Fazenda e a política externa, especialmente a econômica, recupera a dose desejável de pragmatismo, coloca sob controle os ardores e continua as negociações na Alca de acordo com os interesses do País. Isto estaria em sintonia com o que a prática tem revelado ser o pilar principal da estratégia do governo: a defesa a todo o custo da condução de uma política econômica responsável.